



PARECER REFERENTE À SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DOCAVALO-MARINHO
NO LIVRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Analisa-se neste parecer o processo n. 01450.010230/2008-15 que se refere à solicitação de registro do Cavalo-Marinho para ser inscrito no Livro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural do Brasil.

O processo possui, entre seus elementos principais, instrução técnica realizada com a metodologia do INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais, informação técnica do técnico do IPHAN George Bessoni, de parecer da coordenadora de registro do Departamento de Patrimônio Imaterial, Diana Dianovesky e de parecer da procuradoria jurídica do IPHAN, além de documentação pertinente aos aspectos formais e materiais. O processo originou-se de solicitação do governo de Pernambuco em 2007 ao Ministério da Cultura, para que fossem objeto de registro os “folgedos pernambucanos” – Maracatu Nação, Maracatu Rural, Caboclinho e Cavalo-Marinho. A justificação do pedido, acompanhada de documentação relativa ao bem em apreço, fundamentava-se no “reconhecimento à importância dos folgedos populares como parte integrante da história de Pernambuco e legítima representação social e cultural de seu povo”.

Após exame preliminar do assunto pela Câmara de Patrimônio Imaterial, em maio de 2008, que concluiu pela viabilidade do registro e orientado quanto aos procedimentos administrativos e técnicos a seguir, o solicitante designou a FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) para supervisionar a execução de pesquisa sobre o tema, o que ocorreu com a colaboração da superintendência regional do IPHAN naquele estado. Foi contratada empresa que se encarregou da pesquisa, realizada nos anos de 2011 a 2013, com equipe multidisciplinar da área de ciências sociais.



A instrução técnica resultante da pesquisa contém dossiê descritivo submetido ao IPHAN, que descreve a investigação realizada, seus resultados e material documental, iconográfico e audiovisual sobre o Cavalo-Marinho.



O processo sobre a solicitação em apreço consta de requerimento de registro, anuência de representantes de grupos de Cavalo-Marinho e da comunidade, atas das reuniões da Câmara de Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do IPHAN, o próprio dossiê descritivo elaborado pelos pesquisadores contratados, a informação técnica de especialista da superintendência do IPHAN em Pernambuco, o parecer da coordenadora de registro do DPI, o parecer da procuradoria do IPHAN e documentação de movimento administrativo. Além do dossiê descritivo, há anexos com a documentação pertinente, como depoimentos orais sobre o Cavalo-Marinho, o relatório analítico do INRC/Cavalo-Marinho, informações sobre as localidades de ocorrência, vídeo documentário, conjunto fotográfico, termos de autorização de uso de imagens e diferentes registros de eventos do Cavalo-Marinho.

Constituem, portanto, peças que fundamentaram o presente parecer o INRC do Cavalo-Marinho (Inventário Nacional de Referências Culturais do Cavalo-Marinho), a informação técnica, o parecer mencionado e a documentação complementar que exemplifica diferentes manifestações. Deve ser destacada, para melhor avaliação do trabalho realizado no dossiê descritivo, a estrutura do relatório apresentado como peça de sustentação do INRC do Cavalo-Marinho. Ela se constitui de introdução sobre os procedimentos relativos ao INRC e dos seguintes capítulos, que detalham a pesquisa realizada:

1. Identificação: Cavalo-Marinho: um brinquedo com sua própria história.
2. Cavalo-Marinho: uma brincadeira do mundo da cana-de-açúcar.
3. Um universo cultural e artístico chamado cavalo-marinho: como se faz a brincadeira do Cavalo-Marinho.



4. Entre o antigo e o contemporâneo: o cavalo-marinho como objeto de registro.
5. A brincadeira tem que continuar... recomendações de salvaguarda do cavalo-marinho.

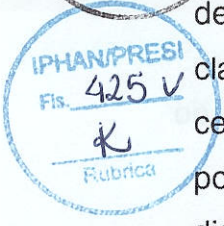
A polissemia do cavalo

A festa ou brincadeira do cavalo-marinho enraíza-se em antigas tradições culturais e deriva de arquétipos culturais profundamente disseminados.

A primeira aproximação ao tema constata que os significados atribuídos a seu elemento fundamental, o cavalo, encontram-se presentes em diferentes culturas, quer tenham ou não contato entre si. A presença material do cavalo em sociedades que o utilizaram como instrumento de transporte, tração ou guerra, ou em outras que dele apenas tomaram conhecimento, gerou toda uma construção simbólica que variou de cultura para cultura e de época para época.

A antropologia - em particular nos trabalhos clássicos de John Frazer e Georges Dumézil - estuda há muito as representações simbólicas do cavalo em diferentes culturas. Robert Graves analisou suas manifestações nos mitos gregos de Pégaso, dos centauros, das amazonas e nos trabalhos de Hércules, procurando associá-los às circunstâncias sociais de sua ocorrência. As fontes históricas de diversas origens assinalam sua importância e dificilmente encontraremos uma narrativa em que não apareça, a menos que aquela sociedade não o tenha conhecido. Sua introdução em contatos interétnicos, não deixou de sublinhar o espanto e o temor com que foi percebido pelas sociedades que o ignoravam ou conheciam mal sua potencialidade, como aconteceu na antiguidade quando os assírios reuniram a carroça ao animal e construíram o primeiro carro de guerra conhecido; ou na conquista do México, quando os astecas e as populações por eles subjugadas se defrontaram com um pequeno contingente da cavalaria espanhola.

AC



Presente em diferentes sociedades e utilizado de diversas formas, o cavalo deu frequentemente uma distinção social a seu proprietário. Numa das primeiras classificações sociais para fins de organização política da comunidade, a reforma censitária de Solon, na Atenas do século VI AC, o serviço militar e a representação política foram distribuídos tendo como uma de suas variáveis a posse do cavalo, distinguindo a classe dos infantes da dos cavaleiros. Riqueza, poder e mesmo nobreza foram elementos associados ao cavalo em outros momentos da história ocidental, grega, romana ou medieval, chegando nesta ao apogeu com o verdadeiro culto à cavalaria e às suas virtudes e realizações de justiça, espírito cristão e proteção aos fracos. E os povos das estepes, fossem os hunos de Átila, os tártaros ou os mongóis tiveram no cavalo o elemento estratégico fundamental para suas conquistas e para a manutenção de seus domínios.

Na península ibérica não seria diferente e a capacidade econômica de manter um ou mais cavalos era motivo de distinção social, quando não de nobreza. Um plebeu distinguia-se do restante da população camponesa ou urbana, se possuísse um “cavalo de estada em sua estrebaria”, isto é, que ele fosse capaz de alimentar sem deixá-lo solto para que pastasse aleatoriamente. Pela mesma razão se isentava das penas vis previstas no livro penal das Ordenações Filipinas, as de barão, pregão e açoite, o mesmo privilégio atribuído à nobreza. A capacidade econômica que a posse do cavalo presumia era assim um elemento de transição social, que habilitava o indivíduo para o exercício de funções consideradas nobilitantes, primeiro passo para sua ascensão social à nobreza. Há muitos exemplos na história portuguesa e brasileira do período colonial de “mecânicos” – sapateiros, pedreiros, marceneiros, calafates, oleiros, tanoeiros, pequenos comerciantes de “tenda aberta”- cujo progresso econômico se atestava pela manutenção de um cavalo, o que por sua vez o habilitava ou a seus filhos a voos mais altos, como o exercício de cargos na administração municipal ou real.

A relevância social, política e econômica do cavalo provocou a construção de um elaborado imaginário em torno do animal, atribuindo-lhe não só utilidade e um diferencial de força para seu usuário, como também virtudes como a coragem e a fidalguia. As diferentes literaturas são ricas dessas manifestações, apresentando animais com características semi-humanas, como os centauros, ou com atributos



divinos, como Pégaso ou ainda mimetizando os traços humanos, como o corajoso Bucéfalo de Alexandre Magno ou o sonolento pangaré Rocinante de D. Quixote, fruto da ironia de Cervantes a serviço da crítica ao mundo senhorial que teimava em subsistir na Espanha seiscentista. Na literatura portuguesa deve-se ao fundador da dinastia de Avis, D. João I, um *Livro de Montaria* e a seu filho o rei D. Duarte a *Arte de bem cavalgar toda a sela*, tratados de equitação que revelam a preocupação em valorizar um comportamento associado à nobreza, numa sociedade que começava a aderir a valores burgueses considerados excessivos pelos monarcas, eles próprios aristocratas. No Brasil há dois trabalhos de Varnhagen, o principal historiador do século XIX, que têm o cavalo como tema direto e indireto, respectivamente o estudo *Da literatura dos livros de cavalarias* e *A caça no Brasil* e Capistrano de Abreu valoriza sua presença no mundo da pecuária colonial. Entretanto, não é na literatura do país, com poucas exceções como a de José de Alencar no *Sertanejo* e Guimarães Rosa no *Grande Sertão Veredas*, que encontraremos a representação do animal.

No caso brasileiro é na cultura popular que percebemos os exemplos mais vivos da presença do cavalo no imaginário, como Luiz da Câmara Cascudo registrou no *Dicionário de Floclore*. Ele pode ser o *cavalo fantasma* que não é visto, mas apenas ouvido, emitindo uma luz clara, que se aproxima e afasta do observador, sempre à noite. Sua ocorrência se deu na região de Angra dos Reis. Pode ser também o *cavalo do rio*, ser encantado que aparecia no rio São Francisco e hostilizava os barcos e barcaças, afundando-as e fazendo perder sua carga. Para combatê-lo era considerado eficaz colocar sua efígie na proa da embarcação, a fim de afastar o mau-olhado. Ou o *cavalo do santo*, a “filha de Santo” de que se vale o Orixá para se manifestar, segundo Edison Carneiro apenas nos candomblés afro-bantos e não nos jeje-nagôs. Ou ainda o *cavalo sem cabeça*, “assombração comum nas regiões pastoris”, “penitência natural dos maus fazendeiros”. Semelhante à *mula sem cabeça*, o *cavalo sem cabeça* seria a encarnação do padre que não respeitou o voto de castidade ou a mulher-do-padre, isto é, mulheres que se relacionaram com sacerdotes, mas apenas as casadas e que tenham com eles vivido sete anos.



O cavalo-marinho

Tanto quanto o cavalo, o *cavalo-marinho* possui uma polissemia rica.

Há referências ao *cavalo-marinho* como sendo um ser encantado que vive nos rios ou no mar, inteiramente branco com crina e cauda de fios dourados, o que o assemelha ao *cavalo do rio*. Já foi associado ao hipopótamo, etimologicamente *cavalo do rio* e ao hipocampo, o *cavalo-marinho* propriamente dito. No primeiro caso, sobre o animal, de origem africana, existe um vasto repertório de tradições em diferentes culturas e idiomas da África, sendo chamado “ougueve” em abundo, “gunvo” em Ganguela e “vuo” em Tete. No segundo caso, há também diferentes tradições, como na Itália, onde é usado como amuleto contra o mau-olhado e no litoral brasileiro, onde é vendido seco para fins terapêuticos. Essas associações com o hipopótamo e o hipocampo provavelmente não se sustentam no caso do cavalo-marinho nordestino, pois suas características parecem relacioná-lo às lendas e tradições do próprio cavalo e a suas transfigurações humanas, já que ele é representado por seres humanos nas brincadeiras.

O ser encantado das águas, sejam fluviais, sejam do mar, é recorrente em muitas culturas. Aparece na primeira viagem de Simbad nas *Mil e uma noites*. É visto como o animal das trevas e dos poderes mágicos, como na epopeia quirqueza das estepes da Ásia central, de Er Töshtük, nos mistérios dionisiacos da Grécia antiga, no vodu haitiano e africano e no zar etíope. Isso o fez ser muitas vezes o representante da morte. É o que se constata em tradições gregas, romanas, medievais e europeias da modernidade, as duas últimas às vezes associadas à imagem cristã dos cavaleiros do Apocalipse. Frazer e Dumézil, entre outros antropólogos, estudaram essas diferentes manifestações, procurando encontrar explicações para sua ocorrência. De qualquer modo, ambos assinalam que os papéis atribuídos ao cavalo remetem aos pares simbólicos, Terra-Mãe, Lua-Água, Sexualidade-Fecundidade, Vegetação-Renovação em diferentes culturas, o que o faz também representar a abundância de alimentos e torna particularmente importante sua relação com a água, vista como fonte da vida.

Em alguns povos indo-europeus, inclusive os antigos gregos, se observa uma tradição existente entre os pescadores do rio Oka, afluente do Volga, que no início



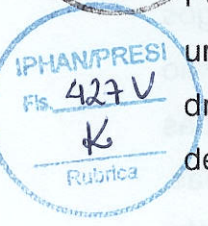
da primavera sacrificavam um cavalo no rio à divindade das águas, que despertava de sua hibernação com o fim do degelo. Essa tradição é associada por antropólogos à crença largamente estendida da Europa ao Extremo Oriente, que vê o cavalo como sendo ele próprio uma divindade das águas, “participante do segredo das águas fertilizantes”, que conhecia o segredo da localização das águas subterrâneas. Provém daí as lendas que fazem brotar as fontes do impacto de suas patas no solo, como acontece na região de Bayard, na França, aliás semelhante ao mito de Pégaso descobrindo a fonte de Hipocrene – na etimologia grega, a fonte do cavalo – perto do jardim das Musas. Em algumas culturas africanas ele aparece como um “avatar ou auxiliar das divindades da chuva”, apresentando atributos como velocidade, imaginação e imortalidade.

Chega-se, assim, a uma primeira aproximação entre o cavalo e a água, fluvial ou marítima e a uma identificação com força e agilidade.

Tem sido observado que a imagem do cavalo associado às trevas e ao mundo subterrâneo, em diferentes culturas transmuta-se em ente ou divindade, conforme o caso, solar. A oscilação do par Lua-Sol, como a dos demais pares, remete a uma concepção cíclica da natureza e extensivamente do homem e da cultura. É numa carruagem puxada pelos cavalos que o deus solar se desloca nos céus, traduzindo metaforicamente o movimento aparente do Sol no firmamento: e isso ocorre em mitologias ou religiões distintas como em certos períodos da história egípcia (o carro do faraó), na religião mitraísta dos primeiros séculos da era cristã e na Grécia, com a carruagem de Apolo.

O imaginário do cavalo aparece portanto multifacetado, ligando-se tanto aos céus quanto à água, dotado de asas ou mergulhando nos mares e rios e eventualmente transmutando-se em dragão, como o cavalo-dragão Long-Ma, na China.

É um dos arquétipos das culturas, e talvez pudéssemos dizer da humanidade, cujo simbolismo extenso compreende manifestações diversas e mesmo antagônicas, nas quais sempre aparece associado à força, à velocidade e à continuidade da vida.



No caso do cavalo-marinho como aparece na brincadeira/festa de Pernambuco e da Paraíba, a primeira constatação é de que a figura principal sofre uma transfiguração. O cavalo-marinho agora é o capitão, um participante que possui dragonas nos ombros e que monta um cavalo imaginário ou de pau. Na descrição de Pereira da Costa, de 1907,

“O cavalo-marinho, trajando de capitão, com seu chapéu armado e dragonas, aparece montado a cavalo, mas fingidamente, com uma armação que pende à cintura, para representar o animal”.

Existe também o sincretismo com outras manifestações, como o bumba-meu-boi, pois o cavalo-marinho em 1840 nele aparece, conforme registro de Lopes Gama no *Carapuço*, o que já nos faz integrá-lo no ciclo do Natal. Isso significa que há uma intercessão entre as lendas relacionadas ao cavalo com as atividades do ciclo do Natal, que é como se apresenta atualmente de modo preponderante, embora não exclusivo.

Em relação à manifestação nordestina, a referência mais antiga parece ser a de Lopes Gama em seu mencionado jornal, onde ela aparece não isoladamente, mas inserida em outro evento. Acentuando seu papel no ciclo natalino, Silvio Romero no seu livro *Cantos populares do Brasil*, de 1882 observou a presença do cavalo-marinho no reisado do bumba-meu-boi. Na trova que o historiador sergipano registrou, percebe-se a preeminência do cavalo-marinho:

“Cavalo-marinho/ Por tua mercê / Mande vir o boi / Para o povo vê”

Câmara Cascudo comenta a trova, identificando o cavalo-marinho com “o proprietário, o fazendeiro, cavaleiro enfim e não o animal.”

Mais tarde, em 1907, o historiador e polígrafo pernambucano Francisco Pereira da Costa publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um alentado estudo de 700 páginas intitulado *Folclore Pernambucano*. Nele dedica atenção especial ao bumba-meu-boi e ao cavalo-marinho associando-o às festividades do ciclo natalino tanto em Portugal quanto no Brasil. Mas lembrava que



apareciam também no Carnaval e em festas religiosas de arraial, como a de São João.

Pereira da Costa considerava que o bumba-meu-boi e o cavalo-marinho na sua versão brasileira prendiam-se à expansão do gado e seriam relativamente recentes, trazendo em abono dessa interpretação os versos:

"Meu boi morreu / Que será de mim? / Manda buscar outro / Lá no Piauí

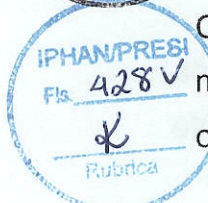
E, no coro do cavalo-marinho:

"Cavalo-marinho / Dança bem baiano / Bem parece ser / Um pernambucano

O processo que analisamos fundamenta-se no dossiê, produto de pesquisa realizada por empresa contratada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco/Fundarpe. Apesar de conter algumas indicações que se referem às manifestações do cavalo-marinho no passado, concentra-se na descrição e análise dos grupos atualmente ativos.

A área geográfica onde incide o cavalo-marinho, correspondendo a municípios de Pernambuco e da Paraíba, foi classificada pela mencionada pesquisa em três grupos ou localidades. A *localidade 1*, denominada "extremo norte e limítrofes", compreende os municípios pernambucanos de Camutanga, Ferreiros, São Vicente Ferrer e Itambé e o município paraibano de Pedras de Fogo. A *localidade 2*, "norte centro e Paulista", corresponde aos municípios de Condado, Goiana, Aliança, Chã de Camará, Chã de Esconsio, Cidade Tabajara e Araçoiaba. A *localidade 3*, os municípios de Lagoa de Itaenga, Passira, Feira Nova e Glória de Goitá. Todos os municípios das localidades 2 e 3 são pernambucanos.

Assim como se constata diferenças econômicas e sociais nessa área geográfica, com variações nas culturas açucareira e algodoeira e na produção de gêneros alimentícios, ou diferentes sequelas do final da escravidão, também não há homogeneidade nas manifestações culturais, inclusive no que respeita às brincadeiras do cavalo-marinho. Dessa forma, nos três grupos de localidades, foram identificados pela pesquisa, a despeito de seu fundo comum, diversas expressões do cavalo-marinho, como: cavalo-marinho Estrela do Oriente, Cavalo-Marinho Boi



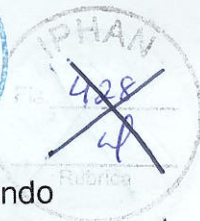
de Ouro, Cavalo-Marinho Boi Pintado, Cavalo-Marinho do Mestre Batista, Cavalo-Marinho Boi Matuto, Cavalo-Marinho Boi Coroado, Cavalo-Marinho Tira Teima, Cavalo-Marinho Boi Teimoso e Cavalo-Marinho Boi Ventania. Somente no município de Condado existem hoje três grupos, o Cavalo-Marinho Estrela de Ouro, o Cavalo-Marinho Estrela Brilhante e o Cavalo-Marinho Boi Brasileiro.

Cada um desses grupos possui seu mestre responsável.

Segundo o dossiê, o cavalo-marinho é autodenominado por seus participantes como uma *brincadeira* que tem como elementos: dança, teatro de máscaras, música, poesia, louvação, ritual e canto. Compõe-se da “dança do magui (ou mergulhão), da dança dos “aico” (arcos) ou baile das baianas, das figuras (personagens mascarados), dos bichos, das personagens Mateus (ou Caroca), Bastião e Catirina, do Banco, do Caboblo de Arubá (ou caboclo de Pena), das baianas, do Cavalo e do Boi. Movimentam a brincadeira as loas (poesias recitadas), as toadas (músicas cantadas) e os diálogos (falas das personagens que contracenam com o Cavalo-Marinho).

Essas manifestações ocorrem no contexto de um enredo que não é inalterável para todos os grupos de Cavalo-Marinho, cada qual possuindo sua singularidade dentro da temática geral. A pesquisa identificou três grandes linhagens de formação histórica de Cavalos-Marinhos, com duas variantes principais.

A narrativa básica, presente nos diversos grupos principia com os preparativos para uma festa que o Capitão vai dar em homenagem ao Santo Rei do Oriente. Contrata então dois negros, Mateus e Bastião e a negra Catirina para tomarem conta da festa em sua ausência. Os encarregados não fazem isso e desorganizam o terreiro, que só volta à ordem com a chegada do Soldado (em outras versões o Caroca “empaca o samba” com sua desordem e o Liberá o “solta”). A partir daí entram as figuras mascaradas, cuja atuação culmina com a Estrela, uma parte da “dança dos aico” (arcos) em louvação do Divino Santo Rei do Oriente. Ao todo cerca de 70 figuras participam da brincadeira que, não obstante o Cavalo-Marinho/Capitão ser a figura mais importante, sempre termina com a aparição do Boi.



A música que acompanha a apresentação é a do canto e do baião, sendo instrumentos a rabeca, o pandeiro, o bage e o ganzá, embora haja pequenas variações entre os grupos, com a substituição ou acréscimo do pandeiro pelo bombo.

As duas variantes da narrativa correspondem ao Cavalo-Marinho musicado pelos bombos ao Cavalo-Marinho sem bombo. A representação se inicia com uma cena de “negociação de trabalho”, na expressão dos pesquisadores, que retrata as características da economia canavieira à qual pertencem os participantes.

Os diálogos entre o Capitão/Cavalo-Marinho e Mateus ou Caroca, embora existam variações pelos grupos, são pontuados pelo preço da atividade a ser desenvolvida pelos trabalhadores (a empreitada, “empeleitada” na expressão local) e pelos demais aspectos que ocorrem nesse universo de trabalho na ausência do Capitão.

Ao se referir aos “aspectos constitutivos do Bem” cultural, os pesquisadores buscaram caracterizar dois grandes grupos de elementos, os culturais-artísticos e os sócio-históricos.

Os elementos culturais-artísticos considerados foram a *estrutura espacial* (o folguedo se dá em semicírculo com as cenas de frente para o banco dos músicos e as figuras entrando na “roda do samba” pelo lado oposto), a *estrutura espacial dos músicos* (sentados no banco ou em cadeiras enfileiradas, só se levantam no momento da estrela, que inicia o “baile dos aico” ou, em outras localidades, quando chega o Cavalo-Marinho e no final da apresentação), a *presença da figura do negro em negociação com o Capitão*, a *presença da figura do Capitão* (portador do apito, que aciona na abertura e no fechamento das “partes” ou cenas da representação), a *presença da figura do Cavalo e do Capitão Marinho* (o Cavalo e seu mestre cavaleiro, isto é, o Capitão ou Cavalo-Marinho), a *presença do boi no final da brincadeira* (que corresponde à desorganização do terreiro e às vezes com a derrubada do banco dos músicos), a *presença de figuras e a ocorrência de uma ordem inicial fixa de acontecimentos* (que corresponde à entrada em cena da sequência de figuras), a *existência de uma narrativa que envolve temas como o trabalho, a festa e a louvação do Santo Rei do Oriente* (sendo o tema principal a

IPHAN
Fls. 428v
Rubrica

IPHAN
Fls. 429v
Rubrica

homenagem ao Santo Rei ou aos Santos Reis do Oriente – que podem representar respectivamente Jesus Cristo ou os Reis Magos – e os subtemas a negociação da empreitada e a realização da festa), a *utilização de piúas ou piadas de duplo sentido* (com temática de conotação sexual do universo masculino, pois aparentemente só em tempos recentes as mulheres se incorporaram à brincadeira e nunca enunciam as piúas), a *definição do Cavalo-Marinho como brincadeira* (todos os grupos referem-se à festa desta maneira), a *existência de cinco frentes de figuras: os negros, o capitão, a galantaria e as baianas, os bichos e as figuras mascaradas*, a *existência do momento da sorte* (que consiste em pedir dinheiro aos assistentes, forma de remuneração dos brincadores quando ainda não havia o atual sistema de contrato) e a *existência do Mestre* (que varia nas localidades como a do Norte-Centro e Paulista, onde é o responsável pelo canto das toadas, denominando-se “Mestre dos Aico” e do Sul-Oeste, onde o Mestre tem a função do Capitão/Cavalo-Marinho propriamente dito). “Normalmente, dizem os pesquisadores, cada Cavalo-Marinho tem seu Mestre dentro e fora da brincadeira”, podendo ou não ser a mesma pessoa.

Os elementos sócio-históricos envolvem aspectos como a *existência do dono do brinquedo* (não necessariamente o Mestre, mas o detentor dos instrumentos utilizados, em geral guardados sob sua responsabilidade), o *momento calendário/anual principal de realização da brincadeira* (no ciclo natalino, estendendo-se de dezembro até 6 de janeiro, Dia de Reis, mas podendo ocorrer em outras ocasiões, como nas festas dos padroeiros das cidades e em outras datas comemorativas locais), a *vivência histórica com o mundo do trabalho rural e em particular a cana-de-açúcar* (são comuns as menções aos engenhos, às empreitadas rurais e às delimitações de terras), a *referência direta ou indireta ao passado escravista* (em registros do século XIX e afirmações de componentes atuais dos grupos fala-se em no Cavalo-Marinho como “brincadeira de escravos” e a figura dos negros, mesmo mencionando-se agora uma relação contratual, portanto de trabalho livre, evoca o passado escravista), a *composição social estável* (há poucas variações nos tipos sociais, sempre vinculados ao universo rural nordestino e em particular pernambucano e a hierarquia das personagens é praticamente estática, com os iniciantes na brincadeira começando como arlequins), a



negociação com os poderes públicos e privados (envolvendo no passado autorizações dos senhores de engenho e das autoridades policiais, no presente contratos de apresentação, quase sempre com órgãos públicos municipais ou estaduais) e a realização do brinquedo em uma área historicamente rural, mas que na atualidade já possui características urbanas.

Como observa a coordenadora de registro do DPI ao caracterizar o “objeto de registro”, o Cavalo-Marinho é uma “brincadeira popular” que envolve performances dramáticas, musicais e coreográficas. (...) pode ser entendido como um grande teatro popular no qual são representadas as cenas do cotidiano (da vida presente e passada) dos seus participantes (...) Contém ainda louvação ao Divino Santo Rei do Oriente, possui momentos em que há culto à Jurema sagrada. O Cavalo-Marinho se realiza num terreiro de chão plano e geralmente ao ar livre; a formação da brincadeira é em semicírculo com espaço para a plateia. Pode durar muitas horas mas atualmente tem seu tempo de execução reduzido devido a contratos de apresentação.”

Como toda atividade cultural, verificam-se mudanças nas manifestações do Cavalo-Marinho não apenas sincrônicas, como as até aqui mencionadas, mas também diacrônicas, já que é uma tradição sobre a qual incidem situações sociais, econômicas e culturais que acabam por introduzir modificações em sua expressão. A comparação entre as referências oitocentistas e as práticas atuais evidenciadas no dossiê deixa clara tal situação, sem que, entretanto, possa falar-se em descaracterização do bem.

A coordenadora do DPI em seu relatório identifica alguns problemas e discute diretrizes para ações de apoio e fomento sugeridas no dossiê.

No primeiro caso, aponta quatro situações que afetam o desempenho das festividades do Cavalo-Marinho. A primeira é a da insuficiência de recursos alocados pelos contratantes, geralmente as prefeituras municipais, aos participantes, provocando a redução do tempo da brincadeira e afetando assim seu impacto nas performances e na transmissão do saber. A segunda refere-se à profissionalização de artistas populares, “inseridos no mercado cultural de uma forma que o valorize e ao mesmo tempo respeite a prática tradicional da



brincadeira.” A terceira situação é a da organização coletiva dos diversos grupos de Cavalo-Marinho, seus eventuais contatos e sua articulação frente às políticas públicas. A quarta é a da dificuldade representada pela ausência de sede dos grupos, o que dificulta os ensaios e outras atividades preparatórias dos eventos.

No segundo caso, pondera que algumas sugestões encontram-se no âmbito das ações de salvaguarda de bens culturais de competência do IPHAN, enquanto outras fogem a sua esfera de atuação, exemplificando com a ação sugerida pelo dossiê de “reivindicar junto ao Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho e Emprego o reconhecimento profissional dos mestres e brincadores do bem cultural e, conseqüentemente, sua aposentadoria.”

O processo de solicitação do Cavalo-Marinho à inscrição no Livro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil encontra-se suficientemente instruído para que o Conselho Consultivo do IPHAN possa sobre ele deliberar, tendo como suas principais peças o dossiê que retrata a pesquisa realizada sobre o tema, seus anexos compreendendo os documentos comprobatórios da atividade, a instrução do técnico do IPHAN George Bessoni, o parecer da coordenadora de Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial Diana Dianovsky e o parecer jurídico da procuradoria do IPHAN, este último com recomendações de natureza formal, inclusive sobre a publicação do aviso da iminência do registro e recomendações cautelares em relação à cessão de direitos autorais do material constante do processo.^f Quanto a este último aspecto, a coordenadora do DPI informa que, no caso de falta de algumas autorizações, foi solicitado à Superintendência do IPHAN em Pernambuco e à FUNDARP a coleta das mesmas durante a realização das ações de salvaguarda, restringindo, se necessário, o uso externo das imagens nos casos de não localização ou não concordância.

Os eventos do Cavalo-Marinho são significativa manifestação cultural brasileira e a solicitação para seu registro no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Cultural do Brasil enquadra-se nas normas vigentes sobre o assunto, desde os preceitos constitucionais até a legislação pertinente, chegando à Resolução 001 de 2006.

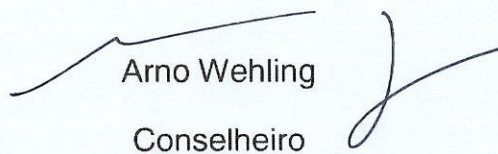


Os elementos que compõem a brincadeira do Cavalo-Marinho possuem múltiplos significados, como quase sempre ocorre em manifestações culturais dessa natureza. Atestam a realidade sócio-econômica da região nordestina e suas transformações no tempo, como a passagem da economia açucareira tradicional, baseada no engenho e preponderantemente rural para a usina de açúcar e para uma sociedade que se urbaniza, mesmo em pequenas cidades. Permitem constatar a introdução de elementos novos, traços culturais antes inexistentes e que se incorporam às práticas tradicionais, como acontece com a “roda do samba” que não existia no século XIX, a sua incorporação a outras festas do ciclo natalino ou a introdução de elementos arquetípicos como a figura do Arlequim. Corroboram a tese de Johan Huizinga no seu clássico *Homo ludens*, que afirma ser o lúdico não apenas um componente da cultura, entre outros, antes constituindo um aspecto intrínseco à cultura: assim como o homem é um ser social ou político, porque gregário, ou econômico, porque produtor, ele também é um ser lúdico, porque brinca ou joga.

A realidade ontológica do ser humano é uma interação permanente dessas variáveis, cuja enunciação é mero esforço classificatório para tentar dar organicidade ao conjunto percebido pelo observador, que certamente nunca esgota o universo observado. O Cavalo-Marinho, como tantas outras práticas culturais, é exemplo vivo dessa interação de variáveis: na brincadeira/festa constrói-se uma identidade, que deixa entrever a multiplicidade de variáveis que constituem o cerne da própria vida em sociedade.

Pelo exposto, o parecer é favorável à inscrição do Cavalo-Marinho no Livro das Formas de Expressão, registrando-o como Patrimônio Cultural do Brasil.

Brasília, 3 de dezembro de 2014


Arno Wehling
Conselheiro

Os elementos que compõem a identidade do Cavalo-Malhado possuem múltiplas significações, como passa sempre ocorre em manifestações culturais dessa natureza. Atestam a realidade sócio-econômica da região nordestina e suas transformações no tempo, como a passagem da economia escravista tradicional baseada no engenho e predominantemente rural para a vida de açúcar e para uma sociedade que se urbaniza, mesmo em pequenas cidades. Por fim, constata a introdução de elementos novos, traços culturais antes inexistentes e que se incorporam às práticas tradicionais, como acontece com a "roda do saípe", que não existia no século XIX, a sua incorporação a outras festas do ciclo natalino ou a introdução de elementos arquitetônicos como a figura do Anjo da Guarda. Concordar a isso de Johan Mulhens no seu clássico *Homem Rural*, que afirma ser o índio não apenas um componente da cultura, entre outros, antes constituindo um aspecto intrínseco à cultura, assim como o homem é um ser social ou político, porque grêmio, ou econômico, porque produtor, eis também é um ser físico, porque físico ou legal.

A realidade orçamentária humana é uma interação permanentemente diversa, variável, cuja estruturação depende de classificações para tentar dar organização ao conjunto percebido. Por isso, os elementos não são apenas o universo observado. O Cavalo-Malhado, como outras práticas culturais, é exemplo vivo dessa interação de variáveis, as quais se manifestam como uma totalidade, que deve envolver a multiplicidade de variáveis que constituem o contexto da própria vida em sociedade.

Pelo exposto, o parecer é favorável à inclusão do Cavalo-Malhado no Livro das Formas de Expressão, registrando-o como Patrimônio Cultural do Brasil.

Brasília, 3 de dezembro de 2014

Arno Welling
Conselheiro